

3

A importância do self como reconhecimento do outro: a construção de si e as representações sociais

Meu objetivo neste segundo capítulo será reconstruir algumas noções de self, identidade e pessoa que vem sendo utilizadas de variadas formas pelas Ciências Humanas de forma a articular estas categorias com as interpretações decorrentes delas no Brasil. Esta análise da construção do self é de extrema importância para entendermos como nos tornamos seres sociais e construímos nossa identidade, nosso sentimento de pertencimento a partir da relação com o outro. Isso ajuda a compreender a classificação que é dada às pessoas que vivem nas ruas e o estigma gerado por estas classificações.

3.1: Self, construção de si e construção do outro: algumas abordagens teóricas.

Como vimos no capítulo anterior, as diversas abordagens sobre a pobreza se relacionam com a “exclusão”, a dissociação, a falta de solidariedade e a violência. Há três constatações que são constantemente reiteradas acerca da questão da pobreza, segundo Sonia Rocha (2003) nos dados de 2001: A primeira diz respeito à persistência da pobreza que se vinculam aos elevados níveis de desigualdade entre as pessoas, não apenas no que tange à renda, mas também relacionando-a à educação e aos outros serviços públicos e benefícios sociais propiciados pelo Estado.

A segunda constatação demonstra que os desequilíbrios regionais da fome e da desnutrição configuraram-se no mosaico brasileiro de acordo com a economia de mercado, na qual pobres que trabalham e que não trabalham vivem à margem do desenvolvimento econômico do país, exercendo atividades de auto-subsistência. A terceira, e a que tem mais relevância para este trabalho é a existência da pobreza extrema ou indigência que constitui atualmente 17% da população do Rio de Janeiro. Esta parcela de pessoas vive com renda abaixo de um salário mínimo¹, insuficiente para suprir suas necessidades básicas.

Além da falta de suprimentos, estas pessoas convivem diariamente com uma sociedade que quando não as ignoram, as repulsam. Como vimos nas cartas, a morte aparece como uma solução relativamente estável de 2007 a 2010, assim como a migração forçada pelo Estado. Podemos correlacionar a atribuição de responsabilidade individual a estas soluções, na medida em que a falta de direitos a estas pessoas se relacionam com o fato de que parte dos leitores crê que elas estão na rua por escolha própria.

Segundo Elisa Reis (1998) a sociologia seria uma reflexão crítica sobre o ambiente em que vive o homo economicus, como uma valorização da comunidade

¹ Os dados coletados do Caderno de Estudos Cariocas de 2006 de Adalberto Cardoso (coord) - Contrato IUPERJ-IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro apontam que a classe de rendimentos de até um salário mínimo concentrava em 2001 menos de 10% da população ocupada, percentual esse que sobe para quase 17% em 2006. A tabela de Proporção de contribuintes por classe de rendimento mensal de todos os aponta que 10,9% da população do município do Rio de Janeiro não possui rendimento mensal, 3,7% possuem rendimento menor que ½ salário mínimo e 31,7% recebem de ½ a um salário mínimo por mês. Segundo análise dos dados, estes parecem sugerir precarização do mercado de trabalho na capital do Estado, visto os ocupados estarem ganhando menos em números de salários mínimos.

e ênfase nos valores solidários e às motivações coletivas que transcenderiam o cálculo egoísta do indivíduo e que subjaz a própria gênese da sociologia. Segundo a socióloga, Durkheim possuiria ecos de Rousseau na medida em que a construção de seu “homem sociológico” tem como objetivo fundamentar a solidariedade social e recusar o homo *economicus* racional utilitarista. Já esta mesma construção em Weber, por desenvolver conceitos de dominação e ordem política legítima, estaria numa dimensão hobbesiana de homem.

Na abordagem de Durkheim, a coletividade estaria no indivíduo, portanto, a moral e a solidariedade seriam plenamente sociais e antecederiam a existência do indivíduo na medida em que existe antes dele uma consciência social. A consciência da individualidade teria se dado no contexto da sociedade moderna, pelo progresso e complexificação da sociedade, sendo que as instituições expressariam esta complexificação com novas formas específicas de sociabilidade do ser humano. Já segundo Weber, o comportamento do ser humano traduziria o significado e o sentido que nós damos à realidade social, como aponta Weber:

A ação é social porque seu sentido subjetivo leva em conta o comportamento dos outros e se orienta nesse sentido (p.48).

O aspecto fundamental de Weber seria de que o indivíduo, dotado de volição, escolhe entre alternativas de ação circunscritas por condições histórico-estruturais particulares no universo das relações sociais.

Assim, o sentido social deve ser apreendido através de uma análise das condições históricas e dos diversos significados que estas condições engendram. A construção de uma identidade ou de um self está intimamente relacionada às condições históricas de uma determinada sociedade, assim como sua aceitação social. Com G.H.Mead, veremos que a formação do eu é intrinsecamente dependente da relação com o outro e esta relação de dependência perdura até a vida adulta.

Como aponta Peter Berger (1977) A vida de todos nós tem início com o nascimento e desde o início a criança desenvolve uma interação não apenas com o próprio corpo, mas com outros seres humanos. A biografia do indivíduo é a história de suas relações com outras pessoas. Além disso, toda a experiência relativa aos outros indivíduos constitui o mosaico dos diversos padrões que o indivíduo consegue estabelecer e se adaptar no convívio social. O processo pelo qual o indivíduo aprende a ser membro da sociedade se chama socialização e esta

se constrói a partir da aprendizagem dos significados sociais e da relação de respeito mútuo com o outro. Os processos de socialização se realizam numa interação face a face com outras pessoas, ao mesmo tempo em que envolve uma relação com um sistema mais amplo de significados e valores. Temos, assim, em tese, um indivíduo capaz de estar ligado a outros por meios de significados compartilhados. Mas o que ocorre quando alguns significados sociais compartilhados demonstram a falta de integração social, ou revelam um conteúdo negativo com relação a alguns membros daquela sociedade?

Na sociedade moderna, a noção de desfiliação permite compreender a acentuação do imaginário social que *associa* camadas pobres a um modo e condição de vida que estaria nas raízes da crescente violência que impregna o cenário das grandes cidades. Esta associação é a marca das representações que sempre se fizeram da pobreza, que precisava se domesticada e moralizada nos seus hábitos, costumes e comportamentos desde o século XIX.

Com o aumento do desemprego e subemprego, da favelização e da própria criminalidade no Rio de Janeiro, estruturou-se um conjunto de discursos e práticas que operou uma assemelhação da situação do pauperismo com o comportamento delinqüente. Para Castel (2004), a vulnerabilidade com que as relações de trabalho se estabeleceram, assim como as flutuações econômicas a que o Estado está sujeito hoje, desfaz a solidariedade e a integração social num ambiente hostil e competitivo, gerando uma massa de pessoas desempregadas e no seu aspecto mais cruel, dissociadas do convívio social.

Este cenário sócio-econômico relaciona-se ao sócio-cultural de acirramento dos imaginários sociais que olham os outros, aqueles que não participam como os despojados de humanidade, como ameaçadores, o que acaba por acentuar o que tem sido denominado “mentalidade exterminatória”, que seria o “negar ao outro o direito a ter direitos”, como apontou Hannah Arendt. (Kowarick: 2009)

Para entendermos este olhar sobre o outro, podemos buscar o conceito de self. Este começou a ser utilizado a partir do século XIX para designar o si - mesmo nas teorias psicanalíticas freudianas ou a identidade nas concepções filosófica e sociológica. Segundo Kaufman², Erik Erikson teria sido o primeiro a introduzir o conceito de self-identidade nas ciências humanas. Erikson partiria da

² Kaufmann, J. “A invenção de si: uma teoria da identidade”p.24-29

idéia de “sensação subjetiva” ou “sentimento de identidade” ligando este conceito ao contexto social. O sentimento de identidade e a constituição de um “eu” bem organizado, fundado numa real estima de si mesmo no seio de uma realidade social, é o que designaria a identidade do eu.

Além disso, na interpretação de Kaufman, Erikson criticava as formulações freudianas do eu, na medida em que defendia a interdisciplinaridade com as questões sociais. Erikson sublinhou através das diversas etapas que passamos para nos tornarmos adultos, a integração na vida adulta culminaria na formação identitária final. Através da análise das crises de identidade características da adolescência, Erikson defendeu a idéia de que a identidade constitui um processo aberto e contínuo de formação, tendo como base a interação social³.

Uma nova abordagem deste conceito que surgiu no início do século XX e procurou reunir tanto o viés psicológico como o viés filosófico foi a perspectiva interacionista simbólica da Escola de Chicago desenvolvida primeiramente por George H. Mead (1972). Ao desenvolver as bases para a psicologia social a partir de várias correntes teóricas dominantes na época. Mead se tornou um dos principais criadores de uma visão da personalidade humana na qual os agentes humanos surgem de raízes biológicas e são formados através das experiências sociais. A personalidade humana passa a ser entendida como parte de um processo social que dá forma a cada pessoa através da interação comunicativa. Mead se tornou o filósofo dos sociólogos. A consciência deve ser compreendida como um fluxo do pensamento oriundo da relação dinâmica entre uma pessoa e seu ambiente significativo.

Embora mantenha a reflexividade como a essência da personalidade humana, entende que a distinção entre o eu e o mim se relacionam com a experiência social. Enquanto o eu seria a reação do organismo às atitudes do outro, o mim seria a série organizada das atitudes do outro que ele assume através do intercâmbio comunicativo. As pessoas nasceriam dentro das estruturas sociais que não criaram e seriam constrangidas pelo “outro generalizado”, isto é, pelas normas, costumes e leis que canalizam suas ações. Tudo isso faz parte do mim como elementos constitutivos. Assim, quando os atores humanos estão mergulhados nas experiências sociais que lhe modelam o ego, cada eu individual

³ Cf. Erik Erikson in “A invenção de si:uma teoria da identidade” Kaufmann, J.

tem uma espontaneidade incalculável e está sempre reagindo de forma aguda contra a sociedade, de modo que o ego amadurecido transforma o mundo social, reagindo à sua existência e aos modos socialmente padronizados.

Sua conjugação teórica resultou na concepção de self relacionada a um comportamento valorativo. Estar diante de um objeto inanimado ou não pressupõe um sujeito capaz de atribuir valor a ele. A partir daí, ele desenvolve a idéia de ato social como fundamento para a ação do self em relação ao outro (Mead; 1972). A partir de um enfoque darwinista, ele afirma que a pressão que os organismos exercem uns sobre outros na natureza enseja o sucesso para aqueles que não apenas interpretam os gestos do outro, mas também entendem o significado de seus próprios gestos à luz das reações esperadas.

Os gestos⁴ criam um campo comunicacional que possibilita a troca de informações necessárias para o convívio social.

The gesture in general indicates some object or other within the field of social behavior, an object of common interest to all the individuals involved in the given social act thus directed toward or upon that object. The function of the gesture is to make adjustment possible among the individuals implicated in any given social act with reference to the object or objects with which that act is concerned (p.30).

Através da percepção dos jogos infantis, Mead acredita que as crianças internalizam papéis a partir da criação de personagens imaginários. Haveria dois tipos principais de jogos que estimulariam a personificação do outro na mente da criança. Os primeiros jogos da fase da vida (play) de uma criança se caracterizam pela invenção de papéis e a falta de preocupação entre fins e meios. Neste momento, a criança entra em relação com o outro através de suas próprias atitudes e não em contato concreto. No segundo tipo de jogo (game) há regras a serem seguidas que correspondem à fase infantil mais amadurecida na medida em que os participantes necessitam estabelecer papéis de interdependência que funcionam apenas em conjunto e não mais individualmente.

What goes on in the game goes on in the life of the child all the time. He is continually taking the attitudes of those about him, especially the roles of those who in some sense control him and on whom he depends. He gets the function of

⁴ G.H.Mead diferencia o gesto na concepção behaviorista, o qual tem como parâmetro os comportamentos em integração biológico-psicológica, no entanto Mead utiliza a perspectiva de Wundt que defende o gesto a partir da linguagem emocional na interação com o outro.

the process in an abstract way at first. It goes over from the play into the game in a real sense. He has to play the game. The morale of the game takes hold of the child more than the larger morale of the whole community. The child passes into the game and the game expresses a social situation in which he can completely enter; its morale may have a greater hold on him than that of the family to which he belongs or the community in which he lives. There are all sorts of social organizations, some of which are fairly lasting, some temporary, into which the child is entering, and he is playing a sort of social game in them. It is a period in which he likes "to belong," and he gets into organizations which come into existence and pass out of existence. He becomes a something which can function in the organized whole, and thus tends to determine himself in his relationship with the group to which he belongs. That process is one which is a striking stage in the development of the child's morale. It constitutes him a self-conscious member of the community to which he belongs (p.160).

A partir daí as crianças interagem e conversam com um outro real e não mais consigo mesmas. Com o desenvolvimento da linguagem a criança irá adquirir formas de interação variadas de forma a organizar os processos sociais que ocorrem a sua volta, assim como seu papel e conduta neles. A assimilação das diversas atitudes dos participantes do jogo e das regras que cada um deve seguir constitui a socialização necessária para agir dentro de sua comunidade. Esta atitude de consciência do outro é chamada por Mead de outro generalizado, isto é, a forma pela qual o *self* individual deixa de sê-lo para tomar as atitudes sociais de toda a comunidade. Sendo assim, o outro generalizado é a forma de controle social introjetada pelo "eu" que só assim se torna *self*, ou seja, sempre em relação com o outro.

Para Charles Taylor (1989) a abordagem de Mead ainda se encontraria muito próxima da perspectiva behaviorista, na medida em que aborda a linguagem como consequência de diálogos sociais sem levar em consideração o papel constitutivo da linguagem que seria para ele uma rede de interlocução na qual a própria natureza da conversação requereria um reconhecimento prévio dos falantes, suas expectativas e individualidades. A reconstrução de Taylor acerca da formação da identidade moderna pressupõe a compreensão do que é ser um agente humano, uma pessoa ou um *self*.

Em sua acepção três vertentes se desenvolveram através da história: A noção de "interioridade moderna" que concebe os seres humanos como possuidores de um *self* dotado de características interiores profundas, as quais teriam sido construídas a partir da filosofia de Santo Agostinho, Descartes e Montaigne até a contemporaneidade. A segunda vertente elevaria a vida cotidiana como afirmação humana, que se desenvolveria a partir do período moderno até o

Iluminismo. E por último a natureza, em sua noção expressivista, isto é, como forma de expressar o irracional e o isolamento do homem frente à natureza que caracterizou a estética e a moral a partir do final do século XVIII até século XX com manifestações através da literatura e da História.

Um dos objetivos de Charles Taylor neste trabalho é demonstrar que a influência destas três vertentes foi de tal relevância que coexistem até hoje na vida contemporânea, por mais que não percebamos. Em seu outro livro, *Philosophical Papers*, Charles Taylor procura esclarecer o que entende por *self*, ou agente humano responsável. Partindo da concepção de pessoa de H. Frankfurt, na qual o ser humano é entendido como detentor de desejos e da capacidade para distingui-los numa escala de valores, Taylor analisa os pressupostos desta capacidade para defender que esta é a condição essencial para caracterizar a demarcação entre agente humano e outros tipos de agente.

Taylor se pergunta o que seria esta capacidade de avaliar nossos desejos, esta forma reflexiva sobre nós mesmos. A partir daí, diferencia duas formas de avaliação. Uma seria a avaliação fraca, na qual apenas os resultados importam. A segunda seria a avaliação forte, que seria vinculada ao valor qualitativo dos desejos. A avaliação e escolha entre desejos significam a atribuição moral numa escala valorativa. Numa avaliação fraca, apenas o sentimento de fazer algo não valora a ação. A vontade é apenas quantitativa ou vislumbra apenas o resultado ou o fim. Já na segunda hipótese, qual seja a da avaliação forte, entra em jogo um contraste valorativo como opção. Isto significa que os desejos passam a ser analisados através de um valor moral, como bom ou ruim, corajoso ou covarde, nobre ou vulgar⁵.

Assim, se uma avaliação fraca apenas designa algo contingente, apenas uma medição, na avaliação forte, a linguagem é mais rica, há um vocabulário de valores como forma de articulação a respeito das preferências. Em crítica ao utilitarismo⁶ e ao existencialismo sartreano⁷, Taylor aponta que as avaliações

⁵ Os desejos seriam colocados em contraste, pois estes conceitos morais na linguagem avaliativa seriam mais bem compreendidos através da oposição, ou contraste com outros termos. Cf. Theories of meaning in "*Human agency and language*" Philosophical papers 1. Cambridge University press.

⁶ *Grosso modo*, na corrente utilitarista para Charles Taylor, o objetivo da ação moral é o resultado que ela produz. Se o resultado, para a maioria, produzir prazer ou felicidade então a ação será boa. Por este motivo a corrente utilitarista é criticada por Taylor, que defende que a avaliação forte pressupõe um conteúdo moral de articulação anterior ao ato.

⁷ Sartre desenvolveu o que se convencionou chamar de teoria da escolha radical. Na corrente existencialista o aspecto moral não existe; apenas a escolha radical como forma de transgredir uma

fortes estão intrinsecamente relacionadas com a concepção de agente e de uma experiência social. Isso porque as avaliações reproduzem nosso self e aparecem justamente em situações de dilema moral. As avaliações fortes, portanto são profundas e enraizadas na nossa identidade. O que sentimos de mais valoroso, pleno e elevado em nossas vidas constitui a articulação para compreender melhor aquilo que desejamos. Desta maneira, Taylor defende que não apenas o fato de possuir avaliações fracas caracteriza a pessoa humana, mas a capacidade de possuir avaliações fortes sobre desejos confirma ainda mais a essencialidade da noção de que não somos apenas seres que se auto-interpretam, mas pessoas no sentido de self ou agente responsável, possuidor de *reflexividade* acerca de si mesmo.

Estas primeiras linhas sobre o conceito de *self* têm como objetivo compreender o que significaria ser uma pessoa no sentido teórico do termo. Tanto na psicologia, como na sociologia ou na filosofia, o termo *self* está sempre relacionado aos valores intrínsecos à pessoa humana e estes valores refletem para muitos autores o contexto social no qual estamos inseridos.

No caso do Brasil, o conceito de identidade vem sendo abordado de múltiplas formas e segundo variados autores. A “identidade social” foi o termo que se passou a utilizar para dissociar de uma perspectiva psicológica e Giddens o analisou segundo a amplitude das questões sociais contemporâneas, de forma a dialogar com o global e com a perspectiva histórica conjugando ação, estrutura e reflexividade.⁸

Para Giddens (1991), os meios de comunicação e as novas formas de experiência a que somos expostos o tempo todo abrem caminho para que as identidades não fossem mais restritas a um local específico, mas sofressem influências e se modificassem o tempo todo, reformulando-se e criando novas práticas sociais. Os novos riscos e crises da última modernidade levam, para Giddens, a duas conseqüências inevitáveis: o clima de incerteza generalizada e as situações críticas menos ou mais importantes que podem ensejar uma crise de identidade. Para o autor, a questão da identidade é um problema moderno que se inicia a partir do individualismo ocidental. Para ele seria necessário explicar melhor o que significa ou qual o sentido desta modernidade e em especial a última

escolha impossível. Cf. o exemplo da jovem soldado em “*O Existencialismo é um humanismo*” in Os pensadores, ed. Abril cultural, 1978.

⁸ Cf. Entrevista a Anthony Giddens in <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/179.pdf>

modernidade para que se possa compreender o modo como as pessoas passaram a pensar e, por conseguinte construir suas identidades.

Giddens então afirma que das inúmeras características que surgem com a última modernidade com referência aos novos “eus”, as principais estão presentes em livros de auto-ajuda que defendem uma narrativa sobre o eu na modernidade reafirmando o ser, o agir e o fazer como categorias cada vez mais questionáveis na vida humana⁹. A partir do período pós-colonial, novas formas de convívio nos diversos continentes surgem e com elas novas formas de conflito. Estudos sobre diversidades culturais e sociais assim como demandas por direitos ensejam diversas correntes teóricas no intuito de universalizar imperativos morais como proteção aos Direitos Humanos ou a contextualizar práticas de reconhecimento através do acesso e efetivação da cidadania.

A noção de reconhecimento está intimamente relacionada à idéia de identidade. Paul Ricoeur (2006) parte da análise semântica do termo reconhecimento como “*colocar novamente na mente a idéia de algo ou alguém que se conhece*” na medida em que trata não apenas do estudo do reconhecimento-identificação de algo em geral, mas também no que concerne às capacidades individuais, ou do reconhecimento-atestação.

Segundo Ricoeur, alguns autores diferenciam as identidades que implicam capacidades pessoais das identidades que dizem respeito aos vínculos sociais. Para o filósofo, a categoria da identidade na reflexão filosófica não está distante da identidade como luta por reconhecimento, na medida em que haveria uma continuidade nas duas categorias, dado que a reconstrução das formas de identidade no plano social estaria implicitamente em ação nas representações coletivas que mediatizam o vínculo social. Isto é, tanto a reflexão filosófica a respeito da identidade e a identidade entendida como instância para reconhecimento em dada sociedade seriam contínuas e ambas contribuiriam reciprocamente para os dois níveis reflexivos.

Outra abordagem acerca da relação do eu com o outro e o reconhecimento mútuo intrincado nesta relação é desenvolvida por Stuart Hall, sob o viés pós-estruturalista – teoria multifacetada que visa desconstruir o estruturalismo através da análise dos discursos e das construções simbólicas e culturais que são

⁹ Cf. especialmente as páginas 192-193

consideradas sociais e subjetivas¹⁰. Hall analisa o fato de que, nas diversas abordagens estruturalistas da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas e essencializadas.

As variadas formas de classificação devem ser vistas para o autor como um grande e subjetivo processo de construção simbólica de opostos, na qual identidade e diferença são respectivamente aquilo que é e aquilo que não é, ou seja, a correspondência lógica binária de estrita dependência. Através desta lógica, ser algo mascara a ocultação daquilo que não se é, ou seja, somos algo por negação àquilo que não somos. Tomamos algo como norma ou referência para produzir esta negação e esta escolha é construída através de um processo. Assim, a diferença não é resultado de um processo, mas o próprio processo de construção conjunta com a produção da identidade. Os dois conceitos no caso são produtos de uma construção lingüística de oposições lógicas como criação social e cultural.

Segundo Hall, Saussure desenvolveu que a linguagem é um sistema de diferenças entre elementos que produzem sentido no interior de uma cadeia de diferenciações lingüísticas. Os elementos não constituem valor, só adquirem sentido ou valoração à medida que são postos em contraste com outros elementos. Desta forma, a linguagem, como construção simbólica de um sistema de significação é uma relação social através da qual os vetores de força e relações de poder disputam recursos simbólicos e materiais da sociedade.

A operação lingüística de nomear e classificar algo estaria sempre dentro de uma escala de valores. Distinguir entre o que são “eles” e o que somos “nós” pressupõe uma classificação na qual dividimos e ordenamos o mundo social. Ainda segundo o autor, a normalização desta classificação é um processo sutil no qual o poder se manifesta. Normalizar significa eleger algo como referência. Deter o poder de classificar, portanto significa deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados.

Quando classificamos, atribuindo valores diferentes para pessoas ou grupos diferentes, criamos uma barreira intransponível que impossibilita a interação social. As conseqüências de carregar um estigma, como o isolamento, a baixa-estima e a aceitação inevitável de não se sentir pertencido só colaboram para o aumento destes mesmos sentimentos e para a falta de integração social.

¹⁰ Segundo o autor, vários autores compõem esta corrente de pensamento, entre eles, pode-se considerar Foucault, Derrida, Barthes, entre outros. Cf. Tomaz Tadeu da Silva (org) “*Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*”.

O self e a identidade de uma pessoa ou grupo constituem o cerne do sentimento de pertença a uma totalidade social. Na medida em que determinado grupo é classificado como inútil, digno de morrer e não-autônomo, no interior de uma sociedade democrática meritocrática, podemos compreender a dificuldade de reinserção destas pessoas a partir do momento em que internalizam estas classificações como legítimas.

3.2: Representações sociais, estigma e estereótipos.

O método de avaliação utilizado neste capítulo, no que concerne às representações sociais foi baseado na teoria de Devereux¹¹, na qual os fatos sociais necessitam ser traduzidos em entidade mentais individuais para que assim possam ser traduzidos em comportamentos coletivos. Não seria para o autor a pertença de um sujeito a um determinado grupo o motivo pelo qual ele se comporta de determinada maneira, mas a representação mental que ele tem dos fatos sociais. Assim, o fato social explicaria o seu ser mentalmente representado e a representação seria a resultante da representação coletiva que não é comum a todos os grupos, mas relevantes para um ou outro grupo social. Esta representação conteria alguns dos elementos da estrutura e do indivíduo e possibilita a análise da construção dos fatos sociais e dos comportamentos que advêm deles.

Segundo Sandra Jovchelovitch (2000), representar algo não é apenas uma construção cognitiva, mas uma ação de pessoas que pensam e sentem, com motivos e intenções que sustenta uma identidade e vive em um mundo social. A ação envolve sujeitos que se relacionam, interagem e falam. Estas atividades são práticas sociais e envolvem fazeres de diversas ordens. Assim, o social é objetivo e subjetivo ao mesmo tempo. Ele engendra em sua dinâmica, determinantes históricos, políticos e econômicos que estreitam as possibilidades de ação humana, mas também é um espaço em que o eu e o outro se encontram, exploram identidades, constroem símbolos expressam afetos. Para a autora,

¹¹ Cf. Wolfgang Wagner: “Descrição, explicação e método da pesquisa das representações sociais.” In Textos em representações sociais. Ed. Vozes, 1998.

É no espaço de reconhecimento compartilhado, do sujeito e da alteridade que retemos o caráter imaginante e significante da ação humana. É no espaço de mediação entre o sujeito social e alteridade, na luta para dar sentido e entender o mundo que as representações sociais se encontram, portanto, elas emergem e circulam em espaços de realidade intersubjetiva (p.178).

Ainda segundo Jovchelovitch, detemos uma nova relação entre as representações sociais e a esfera pública¹², como um campo de significações nas quais podemos registrar as experiências simbólicas. A esfera pública seria entendida como o espaço social no qual há uma gama de espaços simbólicos ou representações sociais, que são um conjunto de significações que expõe nossa sociabilidade. Esta análise é imensamente frutífera para entendermos tanto o sujeito privado, ou seja, a sua individualidade, suas atitudes e processos cognitivos, quanto as implicações destas atitudes nos fenômenos psicossociais. Também contribuem para revelar as contradições e incoerências das representações e da realidade social brasileira.

A representação coletiva da violência torna-se uma categoria de entendimento do senso comum e traduz uma força na medida em que possui adesão da ordem jurídica que a legitima. Para Luiz Antônio Machado, a violência urbana é mais do que algo real, concreto. É uma representação construída como ordem social, cujo princípio é o recurso universal da força como forma legítima de manutenção da ordem e da pacificação das relações sociais¹³. As formas de interação social neste contexto constituem-se de técnicas de submissão e subordinação características das cidades brasileiras.

A análise das representações sociais, como vemos, pode ser entendida a partir da análise do outro generalizado, isto é, das representações sobre o outro e segundo a teoria de Mead, de nós mesmos. Na teoria social, vários teóricos contribuíram para a análise da relação de alteridade no universo interacional. A análise sociológica que Goffman (1953) desenvolveu nos anos 50 nos Estados Unidos tinha como objetivo estabelecer uma correspondência entre o plano macro-sociológico e a ordem da interação ou plano micro-sociológico.

¹² Aqui entendida como representada minimamente pelo fórum de debates da seção comente do jornal O globo, na qual os leitores opinam, criticam e colocam questões sociais em debate.

¹³ Silva, Luiz Antonio Machado: *Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas*, in www.ibase.br/anexos/ibase_dvb_capitulo4.pdf

O modelo criado por ele detinha como premissa uma ordem social na qual as ações distintas de cada indivíduo integram um todo coerente a partir das interações conversacionais nas quais o fluxo de mensagens e seu intercâmbio gera um todo significativo, ensejando expectativas de comportamento por parte dos indivíduos de acordo com a ação atuada. Assim, os participantes de determinada sociedade através das relações e suas regras esperam do outro um comportamento que é construído socialmente. Quando o comportamento não é o que se espera ou não está de acordo com as regras sociais subjacentes, isso significaria o padecimento da integração social daquela sociedade.

Trazendo para nossa análise o morador de rua, na medida em que uma pessoa em situação de rua se isola ou é isolada por parte da sociedade que reprova algum tipo de comportamento, cria-se um universo simbólico no qual o indivíduo se torna o representativo de um “mal” e vários teóricos nos ajudam nesta interpretação.

O papel do indivíduo na teoria de Goffman é extremamente importante para compreendermos o papel que na teoria social se atribui ao desviado, isto é, aquele é considerado como infrator das regras interacionais em variadas situações. Este indivíduo seria considerado defeituoso e, num sentido mais extremo, incurável. Segundo Goffman toda sociedade marca um número considerável de pessoas de acordo com a “normalidade” e os desvios são marcados como ocasiões para a vergonha e a culpa. O sentimento de vergonha quanto à anormalidade para Nussbaum (2004), remonta aos nossos antepassados gregos que utilizavam o termo *stigma*, que significa “esta marca”, referindo-se a uma marca na pele geralmente no rosto, utilizada como punição para alguma transgressão social no intuito de causar vergonha ao indivíduo portador.

Esta prática, entretanto, também era utilizada em muitas outras sociedades arcaicas, que, segundo a autora, envolviam o interesse de marcar aqueles que eram considerados indesejáveis, como membros de minorias religiosas ou étnicas, escravos transgressores e pobres. Neste sentido, para Nussbaum, se, por um lado, o conceito de normalidade aponta para uma ilusão de segurança individual na qual sua configuração na medida em que estratifica determinados membros, diferenciando-os ou desvalorizando-os, detém uma forma de esconder as fraquezas humanas e suas vulnerabilidades, por outro lado valoriza algumas características que fornecem um padrão de conforto ou de ilusão de segurança social.

As aparências “normais” segundo Goffman (1969) detonam um alarme para sua oposição de forma a se manter o controle das regras sociais que subjaz uma sociedade. A normalidade nas aparências fornece ao indivíduo a segurança para confiar na estabilidade do seu meio ambiente social a partir de comparações intra-individuais. A preocupação com aqueles que não são considerados normais resulta de uma concepção anterior de naturalidade que provem do convívio diário e da aprendizagem social.

A figura do bárbaro segundo a concepção europeia de civilização foi crucial para definir quem é ou não é normal ou que pode e quem não pode ser excluído. Como apontou Foucault (2006), os padrões médicos legitimados através do saber jurídico criaram a noção de bárbaro como imagem do perigo e da incerteza. O bárbaro só foi definido em oposição ao civilizado, aquele que potencialmente poderia destruir a civilização. A figura do bárbaro cumpriu, assim, uma função social na medida em que identificou aquele que “macula” a sociedade e reafirma o poder do Estado como protetor contra aqueles que são considerados perigosos.

Para Jeffrey Alexander (1993) tanto o conceito de cidadão quanto o de inimigo são construções simbólicas que se realizam concretamente. A polarização da sociedade na esfera da sociedade civil, isto é, na esfera das relações originárias da solidariedade e do sentimento de comunidade resultaria de uma combinação das esferas econômica e estatal. A construção social então seria o resultado de uma analogia ou metáfora que de acordo com este processo relacional entre aquelas esferas, traduziria o código simbólico.

Segundo Caliman (2008), no universo das teorias do interacionismo simbólico, a teoria da rotulação se desenvolve na década de 60 para explicar o desvio, focando na reação da sociedade sobre o comportamento desviante. O enfoque desta teoria se dá mais sobre o processo de rotulação do que pela ação de rotular. Para o autor, esta é a única teoria nos anos 60 capaz de explicar as reações sociais tanto a respeito dos desviantes como o que esta reação provoca nos sujeitos desviantes. Também contribui pra aprofundar o papel da interação social e a consequência destas reações na estigmatização e construção do sujeito estigmatizado.

Howard Becker (2008) enfatizou a relatividade do desvio na relação entre os grupos sociais que criaram a transgressividade no momento em que, por um lado, construíram regras cuja infração constituiu desvio e, por outro, atribuíram a

etiqueta (label) “marginal”, “delinqüente”, desviante, para o que infringem as mesmas.

Ainda segundo Becker, a premissa teórica da construção do desviante como categoria estigmatizante se encontra, sobretudo no interacionismo simbólico. O self está no centro dos processos de elaboração interior da imagem da sociedade. A sociedade externa é na realidade, uma construção derivada. Ele é produto da inter-relação entre sujeitos que têm uns com os outros “outros genéricos ou significativos” e se forma progressivamente em um processo em que utilizam os materiais provenientes do ambiente externo. O *self*, portanto, emerge das “relações face a face nas quais se constrói o significado complexo que os sujeitos passam a assumir na sociedade (p.292)”.

As abordagens interacionistas enfatizaram o papel constitutivo da conversação nas trocas rituais e simbólicas e nos atos comunicativos da vida cotidiana, deslocando a atenção do foco restrito da forma das construções lingüísticas para elementos extralingüísticos como a estrutura e a ordem social. Para Jonathan Turner (1988) a influência de Durkheim foi marcante na obra de Goffman e se evidencia quando o sociólogo canadense enfatiza a necessidade de preservação do equilíbrio ritual nas interações face-a-face. O indivíduo desenvolve, em sua vida social, um repertório de práticas para manter as aparências que constitui o “tato” social, o “savoir faire”. Goffman introduz o conceito de “troca” (interchange), que remete à seqüência de atos, desde uma ameaça às aparências até o restabelecimento do equilíbrio no ritual da interação.

O quadro (frame), para Goffman, é um artifício que seleciona, segundo as intenções e as perspectivas de um sujeito individual ou coletivo, aquilo que percebemos. O que interessa é a compreensão de que há sempre uma forma de organizar a percepção e a experiência, que se pode convencionalizar, assumindo padrões, mas que se atualiza, ou se efetiva, a cada instância em que são realizadas. Existiria sempre uma ação subjacente ao quadro e que não seria definida ou estruturada apenas pelo seu objeto, mas também por técnicas que são socialmente reconhecidas, ou seja, por um contexto de uso.

O conceito de frame, desta maneira, permite a compreensão das interações sociais em analogia com o mundo do teatro, que não só constroem a interpretação, mas também constituem as próprias condições de sua existência. Assim, a característica distintiva do ser social é construir, engendrar, transformar,

não somente o mundo material, mas também as condições que nos permitem criar, distinguir e avaliar.

Segundo Goffman (1959), os limites em que a “realidade” toca o quadro constituem as “estruturas primárias”, as características culturais que incluem categorias compreensivas pelas quais percebemos os “mundos reais” de objetos físicos, da ação e de eventos humanos e elementos da cultura. Goffman faz assim uma distinção entre o que é conscientemente apresentado e o que é apenas “emitido”, ou apresentado sem a consciência dos sujeitos numa interação social: assim, torna-se imprescindível levar em consideração o que as pessoas dizem nos encontros, mas também o que elas não dizem.

O conceito de estigma atualizado por Goffman (2004) nos permite, portanto, revelar o que está subjacente à convivência social. A criação do estigma, como marca negativa na personalidade de uma pessoa, sendo associada a medos e inseguranças geradas de uma construção simbólica social, denota a atitude individual com o outro como consequência do mecanismo psicológico aos diversos modos de agir ou disposições de agir com os valores do mundo social.

A conduta dos indivíduos passa a ser um atributo de uma ordem social oriunda de uma bricolagem de frases, palavras, inflexões, gestos, posturas e expressões faciais vinda dos outros, formando uma gramática da interação social. O que conta nesta interação social são os movimentos e ajustamentos que fazemos constantemente para amplificar, adaptar e readaptar os elementos funcionais de nossas capacidades (1969) nos tornando mais conscientes daquilo que inconscientemente fazemos. O olhar inatento, para Goffman, ou a inatenção civil com outros é uma atitude plena de significados. Olhar alguém como não-existente ou como não-pessoa ostensivamente, ou olhar através de uma pessoa é muito mais significativo do que encará-la.

Goffman aponta que, no entanto, há uma grande dificuldade de se apurar a linguagem corporal ou a ação não-verbal que é convencionalizada no dia a dia. Mesmo diante desta dificuldade, podemos perceber no cotidiano atitudes significativas de indiferença, repulsa, reprovação entre outras que embora de difícil comprovação, não deixamos de percebê-las e interpretá-las. A atitude de repulsa, afastamento ou agressão propriamente dita com as pessoas em situação de rua são difíceis de serem apuradas. Contudo podemos percebê-las e a partir delas, tentarmos compreender o seu significado social.

A dureza no tratamento com outras pessoas ou a falta de consideração, para Simmel, segundo Wolff (1950) é consequência da relação de objetividade que é característica do comportamento coletivo. Enquanto os costumes sociais forem legitimados, eles desculparam o indivíduo e o irresponsabiliza, além de legitimar o grupo através do mascaramento das subjetividades de indivíduos sofredores. A falta de estímulo para a atitude pessoalizada ou responsabilizada com o outro se relaciona com a aplicação da lei de forma objetiva e impessoal, de maneira que a institucionalização moral suspenderia a atuação pessoal. Parece verdadeiro, que, se pensarmos numa situação inversa, na qual se atribui responsabilidade individual, a consequência é desculpar o sistema, irresponsabilizando a sociedade.

Como aponta Wacquant (2009) na construção de sua categoria sociológica do underclass,

Se a underclass for um conceito sociológico possível pra designar os indivíduos fracassados que trazem com eles o germe de sua condição e a maldição que afligem aos outros, então a responsabilidade coletiva não pode ser invocada nem no nível das causas nem das soluções (p.51).

As atitudes individuais em contexto cultural ou social se transformam assim, em representações simbólicas com a ajuda da mídia e dos meios de comunicação, assim como os traços tradicionais da cultura de determinada sociedade. Opiniões, atitudes e estereótipos formam um conjunto de tomadas de posição que estruturam o relacionamento entre indivíduos ou grupos, generalizando uma impressão ou opinião subjetiva numa forte injustiça social¹⁴.

Segundo Gilvan Ventura (2004), os mecanismos de construção simbólica são capazes de definir e classificar a identidade de um grupo, resultando daí a interdependência conceitual entre representações e identidade¹⁵. Como aponta Loic Wacquant, em sua nova pesquisa comparada¹⁶, os Estados abandonaram a

¹⁴ Idem, P.196

¹⁵ Cf. Gilvan Ventura. "Representação social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico". In *Exclusão social, violência e identidade*. Flor e cultura Editores, 2004.

¹⁶ Segundo Wacquant os artigos de seu novo livro estabelecem uma ponte empírica entre os dois livros anteriores. Sua nova pesquisa comparativa visa atribuir dois sentidos à noção de sociologia crítica: um kantiano, no sentido de fazer um exame avaliativo de categorias e formas de conhecimento para determinar sua validade e valor cognitivos e um sentido marxiano, para apontar as formas ocultas de dominação e exploração que dão forma à realidade sócio-histórica. Cf. *As duas faces do gueto*. Ed. Boitempo, 2008

regulamentação do bem-estar social para priorizar a administração penal dos rejeitados humanos da sociedade de mercado:

A presença de categorias socialmente ameaçadoras, culturalmente estigmatizadas e economicamente marginais no coração da cidade não é uma novidade histórica de nossa era, mas uma invariante da urbanização ocidental moderna¹⁷.

O disciplinamento do mercado de trabalho e suas configurações ensejam outro tipo de trabalho, desqualificado e desregulado. A mão invisível do mercado enseja o punho de ferro do estado e complementando-se, fazem as classes baixas aceitarem o trabalho assalariado e a instabilidade social decorrente dele. Ao estarem sujeitos às flutuações deste sistema e à insegurança de um contexto de uma sociedade meritocrática, detemos uma atmosfera cultural no qual o talento individual e a capacidade voltam-se contra eles mesmos, trazendo para si a responsabilidade de estar empregado.

Como Gilvan Ventura apontou, a formação da identidade depende da identidade grupal, pois se define em caráter relacional, resultando de uma adaptação do indivíduo ao seu grupo. A fixação de determinada identidade atribuída pelo grupo em caráter negativo, reside na rotulação de preconceitos e estereótipos. A capacidade de rotular é o instrumento simbólico mais eficaz para a subordinação e imposta por aqueles em situação de privilégio social ou superioridade econômica como situação de poder. A distinção que daí decorre se torna degradação na medida em que a performatividade dos preconceitos ensejam a internalização destes, que passam a se considerar indignos, pecadores, presos a uma rede de estereótipos arbitrários, o que aumenta e reconstrói a cada momento a definição de sua própria subalternidade.

No Brasil, a pessoalidade nas relações não impediu que desenvolvêssemos uma enorme desigualdade social nem que tenhamos uma relação ambígua com pobres e com as diferenças sociais. A impessoalidade e a universalidade as leis deve, portanto, estar relacionada aos diversos conteúdos sociais de forma que numa sociedade injusta não cause mais injustiça.

Vimos que a construção do self e da identidade são conceitos intrinsecamente relacionados às representações que fazemos diariamente sobre

¹⁷ Idem, p.15

peças e grupos nas nossas relações sociais. Vimos também que uma classificação negativa a respeito de algum grupo de pessoas possui consequências danosas para os possuidores deste estigma e que podemos compreender o significado destas classificações dentro do contexto social em que se produzem.

A existência de pessoas vivendo nas ruas, como vimos nos comentários dos leitores é algo incômodo, mas não é preocupante para elas. Estar numa situação de privação sócio-econômica como a das pessoas vivendo nas ruas é ser passível de ações pelo Estado, é ser digno de morrer, de sofrer esterilização, migração forçada e internação, em outras palavras, é não deter autonomia, não ser pessoas, não ser agente.

Veremos no próximo capítulo como os valores de igualdade e liberdade foram construídos no Brasil e como a idéia de uma sociedade justa não esteve “fora de lugar” como aponta Schwarz, e sim compreendida que ela pôde ser distribuída apenas para alguns.